

Energia & Ambiente

Energy & Environment

www.energiaeambiente.pt

N.º 5 | 24 maio de 2019 | Diretor Filipe Alves | Diretor executivo André Cabrita-Mendes



Endesa de olho nas barragens da EDP

A elétrica liderada por Nuno Ribeiro da Silva garante estar interessada nos leilões de energia solar. Acionista da central a carvão do Pego, a Endesa está disposta a manter a central aberta além de 2021, se necessário. Está também atenta ao concurso para as redes de baixa tensão. ● P4

Cristina Bernardo

Produtores de renováveis pedem regras claras para leilões de solar

Três dos maiores produtores de energia eólica de Portugal pedem ao Governo que defina regras claras para os leilões solares que estão a ser preparados.

São três dos maiores produtores eólicos de Portugal: Finerge, Generg e EDP Renováveis. Com o leilão de energia solar à porta, as três companhias, que contam com investidores estrangeiros no seu capital, querem um quadro-legal bem definido para que o processo

decorra sem problemas. As elétricas verdes também pedem estabilidade legislativa ao Governo, para que não voltem a ser tomadas medidas com efeitos retroativos. Por sua vez, o Governo garante que está a trabalhar num “quadro regulatório estável”. ● P12

Vestas interessada em fornecer centrais ‘offshore’ da EDP

Anunciada a parceria da EDP com os franceses da Engie para a eólica marítima, a gigante dinamarquesa quer fornecer equipamento a estas centrais. ● P8

AMBIENTE

Plano de Energia e Clima Nacional no meio do pelotão europeu ● P3

CONSUMO

Como os estabelecimentos comerciais podem poupar na fatura da luz e gás ● P 15

MOBILIDADE

Apetro: “Os ministros vão de carro elétrico de Lisboa ao Porto? Não vão” ● P11

FLORESTA

Associação alerta para escassez de biomassa devido a incêndios florestais ● P10

PRODUÇÃO

País pode tornar-se um dos principais produtores energéticos com descarbonização ● P14

PUB

O melhor investimento familiar é a educação dos seus filhos

International sharing school
madeira - portugal

sharing foundation
Caminho dos Saltos, 6 - Funchal - Madeira - Portugal
+351 965 015 333 | office@madeira.sharingschool.org

ib COLÉGIO DEL MUNDO - WORLD SCHOOL - ÉCOLE DU MONDE

Primary Years Programme Middle Years Programme

ENERGIA & AMBIENTE



Cristina Bernardo

4

ENTREVISTA

Nuno Ribeiro da Silva garante que a Endesa Portugal está de olho nos ativos que a EDP vier a colocar à venda. Elétrica está interessada nos futuros leilões de solar.

8 Vestas interessada nas centrais 'offshore' da EDP

10 Biomassa está a escassear devido a incêndios

12 Produtores pedem regras claras na energia solar



14 "Descarbonização pode tornar Portugal um dos principais produtores energéticos"

ESTATUTO EDITORIAL

Energia & Ambiente é uma publicação especializada em temáticas de energia, ambiente e sustentabilidade, sem descurar outros temas que correspondam às motivações e interesses de um público plural.

Energia & Ambiente é uma publicação livre e independente de quaisquer poderes políticos, económicos, religiosos ou corporativos, norteando-se por princípios de rigor, isenção e qualidade jornalística, de modo a contribuir para uma opinião pública informada e interventiva, com um especial enfoque nos temas de energia, ambiente e sustentabilidade.

Energia & Ambiente acredita num jornalismo económico de qualidade e responsável apenas perante os seus leitores, que terá mais valor quanto mais independente, isento, credível e rigoroso conseguir ser.

Energia & Ambiente acredita no primado da pessoa humana, na democracia representativa e na defesa do interesse público, no contexto de uma sociedade aberta, onde cada cidadão tenha liberdade de escolha e de iniciativa e possa melhorar a sua condição com base no mérito.

Energia & Ambiente procura estar em sintonia com a transformação tecnológica em curso na comunicação social, na medida em que as novas tecnologias permitam melhor servir os seus leitores e telespectadores.

FICHA TÉCNICA

Publicado mensalmente na primeira sexta-feira de cada mês. **Propriedade** – Megafin Atlantic - Sociedade Editora SA. **Acionistas detentores de mais de 5% do capital** – A.I. Arts Investments (84%), Filipe dos Santos Alves (6%) e Megafin Sociedade Editora, SA (10%). Registo na ERCS nº. 126936. NIPC 514101989. Nº Depósito Legal: 422057/17.

Sede e redação – Rua Conde Carvalhal, 53, 9060-011 Funchal. www.jornaleconomico.pt.

Diretor – Filipe Alves **Diretores Adjuntos** - Shrikesh Laxmidas e André Cabrita Mendes (Diretor Executivo) **Diretor de Arte** – Mário Malhão / O Jornal Económico. **Paginação** – Rute Marcelino / O Jornal Económico. **Informática** – Rogério Júnior / O Jornal Económico. **Área comercial** – Cláudia Sousa (diretora). **Área financeira** – Ana Rita Silva. **Administração** – Luís Figueiredo Trindade. **Impressão** – Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. **Distribuição** – Vasp- Distribuidora de Publicações, SA - Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva, Cacém. **Tiragem** – 10.000. Nenhuma parte desta publicação, incluindo textos, fotografias e ilustrações, pode ser reproduzida por quaisquer meios sem prévia autorização do editor. Estatuto editorial disponível em www.jornaleconomico.pt.

CIDADES

Lisboa pronta para ser a Capital Verde europeia em 2020

A iniciativa verde tem em agenda um conjunto de eventos, atividades, exposições e conferências que irão decorrer ao longo do próximo ano.

JÉSSICA SOUSA

jsousa@jornaleconomico.pt

Lisboa vai ser a Capital Verde Europeia em 2020 e tem em agenda um conjunto de eventos, atividades, exposições e conferências ao longo do ano, com o objetivo de pôr em prática iniciativas relacionadas com a preservação do ambiente.

A apresentação do plano de ação foi feita nos Paços do Concelho, com a explicação das principais linhas programáticas, numa sessão em que intervieram o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, o vereador José Sá Fernandes e o comissário europeu, Karmenu Vella. A iniciativa verde está prevista para arrancar a 11 de janeiro de 2020.

“Lisboa será uma grande embaixadora da Capital Verde Europeia e uma grande inspiração para as outras cidades”, afirmou o comissário em discurso, salientando “a determinação e a visão política” para a procura de soluções que combatam as alterações climáticas.

A programação, feita por José Sá Fernandes vereador da Estrutura Verde, Clima e Energia é extensa e transversal a diversas áreas da vida da cidade. Conta com exposições, abertura de mais espaços verdes, conferências, iniciativas culturais, convites à participação, sensibilização da população ou a edição de um Orçamento Participativo verde com destaque para a implementação de medidas e abertura de equipamentos que vão marcar o futuro de Lisboa.

“Este é para mim o desafio de uma vida”, afirmou ainda o vereador, que adiantou ainda “uma visão clara” para os objetivos do evento e clarificou que estes não se esgotam nas iniciativas planificadas para o próximo ano. Projetam-se no futuro, desde já a pensar numa estratégia de 2020 até 2030.

Lisboa Capital Verde pretende assim constituir-se num “amplo movimento coletivo de ações concretas para a sustentabilidade am-



Foto cedida

biental e para fazer de Lisboa uma das vozes mais fortes na resposta ao maior e mais urgente desafio da humanidade: o combate às alterações climáticas”, lê-se na visão apresentada por José Sá Fernandes.

Fernando Medina refletiu sobre a importância do papel dos cidadãos na luta contra as alterações climáticas e venceu que estas não são um problema para o planeta Terra mas sim para o ser humano.

“O problema é real”, afirmou o presidente da Câmara de Lisboa, no discurso realizado no evento. “Vemos todos os dias sinais de alterações climáticas. Não é ficção”, declarou. “A janela de tempo que temos para mudar o rumo das alterações climáticas é cada vez mais pequena. Devemos agir agora”.

O autarca pretende assim que a Capital Europeia Verde 2020 se

transforme num “processo que mobilize todas as energias para a produção de medidas concretas. Queremos que Lisboa seja uma das vozes mais poderosas neste desafio.”

Já para este ano, estão previstas algumas iniciativas, como a maior conferência europeia sobre alterações climáticas – ECCA 2020 European Climate Change Adaptation Conference – que decorre entre 28 e 30 de maio no Centro Cultural de Belém e ficará marcada pela apresentação do compromisso de Lisboa para o Ambiente, Clima & Energia.

Em novembro, arranca o Orçamento Participativo, cuja verba duplicará para cinco milhões de euros, que serão destinados a projetos relacionados com a agenda verde da cidade e receberão um selo verde ambiental. ●



Reuters

PLANO NACIONAL DE ENERGIA E CLIMA 2030

Plano Nacional de Energia no meio do pelotão europeu

ONG European Climate Foundation dá 30,3 pontos em 100 ao Plano Nacional de Energia e Clima português. Apesar da avaliação estar acima da média europeia, ainda há muito a fazer, aponta.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

Portugal está excluído do 'top 10' do ranking de países com melhor avaliação sobre o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), na óptica da European Climate Foundation.

A organização internacional sem fins lucrativos avaliou os programas sobre a neutralidade carbónica através da transição energética dos 28 países da União Europeia e colocou Portugal em 13º lugar.

De 0 a 100, Portugal regista 30,3%, num ranking liderado por Espanha (52,4%), França (46,9%), Grécia (44,2%) e Suécia (42,8%). Contudo, a pontuação de Portugal fixa-se acima da média europeia, de 29%. No final da tabela surge a Eslovénia, com apenas 3%, seguida pela Eslováquia e pela Alemanha, ambos com 12%.

O PNEC 2030, apresentado em janeiro, define as metas e objetivos para Portugal na transição energética até 2030. Entre os oito objeti-

vos contam-se: descarbonizar a economia; dar prioridade à eficiência energética; reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética; garantir a segurança de abastecimento; promover a mobilidade sustentável; "promover uma agricultura sustentável e potenciar o sequestro de carbono"; desenvolver uma indústria inovadora e competitiva; e "garantir uma transição justa, democrática e coesa".

Entre as metas prevê que a energia renovável represente 47% do consumo elétrico em 2030, estando previsto um aumento da capacidade instalada até aos 28,8 gw.

A aposta na energia renovável é, aliás, considerado um dos pontos fortes na avaliação da European Climate Foundation, que a coloca entre as cinco mais ambiciosas entre os países europeus.

"Apenas sete dos 28 Estados-Membros definiram metas além do que é considerado o requisito mínimo da UE", refere o relatório da organização, apontando o exemplo da Lituânia.

"A Estónia, a Croácia, a Dina-

marca, Portugal, Holanda e Suécia também ultrapassam o nível mínimo e apresentam metas dentro da "ambição moderada", acrescenta.

Nesta meta, Portugal estabelece como linhas de atuação, por exemplo, o foco na produção de energia solar, a promoção da utilização de energias renováveis nos sistemas de aquecimento e arrefecimento, a

aquisição e a utilização de sistemas de produção, assim como a descentralização de produção de calor e frio a partir de fontes renováveis de energia.

Entre as linhas de atuação estão ainda "acelerar a participação da pequena produção renovável em mecanismos de mercado promovendo a sua agregação", e "implementar mecanismos que promovam e agilizem o investimento", tal como a revisão do modelo tarifário.

Como positivo sobre a avaliação do PNEC 2030, a European Climate Foundation destaca ainda que o plano detalha as metas em toda a economia para 2030 e 2050; indica a eliminação da energia baseada no carvão até 2030 e dá informação sobre as necessidades de investimento por setor específico.

Em sentido inverso, a pesar negativamente na avaliação de Portugal está a "pouca ambição quanto às emissões não relacionadas com ativos e metas de eficiência energética para 2030", assim como "poucos detalhes na políticas e medidas existentes e planeadas".

A European Climate Foundation refere ainda a ausência de informação "clara" sobre medidas financeiras.

UE: Esforçados, mas ainda longe da meta

A análise aos planos dos 28 países da União Europeia conclui que ainda que os planos nacionais mostrem que os países estão a implementar medidas com vista a atingir os objetivos de transição energética até 2030, "ainda não estão à altura das ambições estabelecidas pelos decisores da União Europeia e pelo Acordo de Paris.

Entre os problemas identificados na generalidade dos planos dos diversos países, estão a limitação da eliminação progressiva dos subsídios à utilização do carvão e combustíveis fósseis, assim como a escassa informação sobre os investimentos necessários.

O documento refere ainda o "uso excessivo de biomassa insustentável", uma "consulta pública inadequada" e a "falta de esforço explícito para apoiar os planos da meta de 2050". ●

Aposta na energia renovável é considerado um dos pontos fortes na avaliação sobre Portugal

ENERGIA & AMBIENTE

ENTREVISTA NUNO RIBEIRO DA SILVA Presidente da Endesa Portugal

Endesa de olho nas barragens da EDP

Nuno Ribeiro da Silva está atento aos ativos que a EDP vier a colocar à venda no mercado, incluindo as barragens, eólicas e redes de distribuição. O líder da Endesa critica o modelo da tarifa social em vigor.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
E INÊS PINTO MIGUEL
amendes@jornaleconomico.pt

Nuno Ribeiro da Silva lidera a Endesa Portugal desde 2005. Secretário de Estado da Energia e da Juventude em dois governos de Cavaco Silva, foi também deputado pelo PSD, e esteve no conselho de administração da Somaq entre 1998 e 2005.

O presidente do grupo Endesa José Bogas disse recentemente que ia “analisar o plano de desinvestimentos da EDP à procura de eventuais ativos de produção, como hidroelétricas em Portugal”. Como é que está este processo?

Quando há este tipo de movimentos, a Endesa olha, como a maior empresa elétrica da Península Ibérica. Além do mais, faz sentido estar atento a este tipo de oportunidades e de ativos. Neste pacote da EDP existe a componente que se integra nos nossos planos estratégicos futuros de mais renováveis, da estratégia de descarbonização e do roteiro da neutralidade carbónica. Isso faz todo o sentido. Ainda não se percebe bem quais são os termos, mas é um assunto que vamos olhando com atenção. Ainda não há dados objetivos sobre o que é preciso fazer. A Endesa tem declarado no plano industrial interesse em reforçar toda a componente que sejam tecnologias de baixo carbono e de baixas emissões no *mix* de geração. Mas uma coisa é certa: o que se tinha falado no portefólio da EDP em relação às centrais térmicas, carvão e gás, isso não tem sentido no quadro do compromisso e da estratégia que temos. No nosso compromisso de descarbonização, temos um plano de encerramento ou diminuição da atividade de centrais a carvão, de uma forma muito comprometida e assumida, inclusivamente numa situação desconfortável porque as cen-

trais a carvão têm uma tradição com a Endesa, sendo que foram as primeiras centrais térmicas construídas no pós-guerra em Espanha, e tipicamente estas centrais estão associadas a minas e têm uma relevância regional [como na região das Astúrias].

Um tema que foi falado no último ano foi a OPA da China Three Gorges à EDP, que acabou por ficar sem efeito. A Endesa estaria interessada na compra da EDP, ou entrar no capital da empresa?

Nós não forçamos nada. A EDP apresentou o novo plano estratégico industrial e, no meio daquilo, há uma coisa que nos interessa que é o tema das centrais. Falaram também nas redes [de distribuição] e na possibilidade de abrirem a outros acionistas as empresas de redes embora sem explicitar quais são as redes. Quando se trata de ativos que também estão no nosso plano industrial, claro que olhamos. Se se vier a falar de redes estamos interessados, e se falarem de outros ativos na área das renováveis, vamos olhar porque está dentro do nosso roteiro de áreas de interesse e a privilegiar. Mas sempre nessa ótica, nada mais estruturante. Já não nos faz sentido olhar para as térmicas.

Essas renováveis são centrais eólicas da EDP?

Não foi explicitado pela EDP. Só nas barragens é que foi levantado o véu. Aparentemente, haverá duas instituições financeiras a tratar do assunto e a fazer uma primeira consulta do mercado e do interesse ao redor. Nesse sentido, estamos interessados.

No universo EDP, a distribuição, renováveis e também barragens terão interesse para a Endesa?

Ativos que estejam dentro do nosso roteiro industrial.

No quadro legislativo, em relação

à tarifa social, em Espanha as elétricas levaram o Estado a tribunal e venceram. Em Portugal nunca equacionaram essa possibilidade?

Equacionámos, mas nunca chegámos a avançar. Não o fizemos porque quando a tarifa social foi implementada, era num contexto bastante restrito com desconto abaixo de 33% e com um universo de beneficiários limitado.

Entretanto, as regras mudaram e há cerca de 800 mil beneficiários. Devia ser menos generosa a tarifa social?

Julgo que sim. Devia ser bem mais seletiva em termos de universo a cobrir. Assim é fácil de se jogar com o dinheiro dos outros.

Foram denunciados casos de fraude na tarifa social. Conhece casos?

Não é surpreendente. Sempre que há subsídios a estes tipos de apoios, há abusos. Não é novidade, é história. Como a coisa foi posta num quadro voluntarista, de bandeira política, depois as condições de acesso à tarifa social têm sido alargadas. Depois dá oportunidades a muito oportunismo.

O plano de ajustamento já passou, ainda faz sentido manter tantas taxas e impostos sobre o setor?

Os governos têm de ter opções políticas e não podem ser crocodilos. Os governos dizem que estão todos preocupados porque o preço da eletricidade é muito elevado, mas o que acontece é que mais de 55% da fatura são impostos e taxas. Eu percebo que a energia é uma excelente vaca leiteira porque tem sempre que se consumir em quantidades colossais, e são os melhores coletores de impostos à borla para o fisco. É de facto um setor muito atrativo e muito *sexy* para taxar. ●





Cristina Bernardo

Elétrica interessada na baixa tensão

A companhia está interessada no concurso das redes de distribuição de baixa tensão que vai ser lançado pelo Governo.

O Governo anunciou que quer lançar um concurso para as concessões de baixa tensão. Este negócio interessa à Endesa?

Interessa. É um tema complexo. É inédito haver a realização de um concurso, até porque a distribuição está entregue às câmaras municipais, mas na altura em que estive no Governo as câmaras não tinham dinheiro, não pagavam à EDP, esta estava em falência técnica, as redes eram uma desgraça. Na altura, coloquei as redes no universo da EDP, sobretudo para controlar a faturação e cobrança aos clientes finais. Agora, temos é de garantir que os termos em que o concurso vai ser lançado sejam termos que obriguem a preparar as redes para as novas exigências que as redes elétricas têm de cumprir, sendo que são muito diferentes das ideias que tínhamos das redes até agora. As redes elétricas passam a ser plataformas, deixam de ser um *pipeline* para ser uma plataforma em que se injeta eletricidade. Ou seja, ter a consciência que os termos e as exigências que são colocadas a quem vier a estar nisto, é completamente diferente das exigências anteriores. E os autarcas, que são os detentores do direito desta infraestrutura, perceberem que no concurso que venha a ser lançado, não podem estar fixados naquela ideia mais simplista de dizer que aquilo é uma galinha de ovos de ouro e só interessa o pagamento elevado. O requisito mais essencial é que este concurso seja justo, embora seja óbvio que a EDP Distribuição tenha uma vantagem sobre os potenciais interessados porque é ela que está a gerir aquilo. Tem de haver um concurso para pôr todos os concorrentes ao mesmo nível. Julgo que há que estar atento a posições que têm vindo a lume de uma pressão por parte da EDP. Houve coisas na Assembleia da República, quando houve um debate sobre o assunto, de um administrador da *holding* da EDP que não são bonitas, eu diria que foram bastante distorcidas da realidade dos factos.

Refere-se a...?

O administrador da EDP João Marques da Cruz fez um discurso a dizer que nos outros países isto não se faz. Levaram os sindicatos, mas nenhuma empresa de ener-

gia marcou presença além da EDP.

Olhando para as mudanças constantes no setor energético em Portugal, impostas por legislação ou regulação, deveria haver um pacto de regime do centrão sobre o setor energético?

Claro. Normalmente, fala-se dos pactos de regime para as grandes políticas, nomeadamente justiça e saúde. É elementarmente sensato que haja acordos de estabilidade de regras. Estes aspetos de infraestruturas, de transportes e de logística, são coisas que não podem estar ao sabor de quem está no turno do poder. Tem de existir uma perspetiva de longuíssimo prazo, e da relevância que estas decisões têm na coluna vertebral do país e da economia.

Houve um cancelamento por parte do Governo da barragem do Fridão da EDP, com a Endesa aconteceu o mesmo em 2016 com a Barragem de Girabolhos. Esta decisão faz sentido?

Sobre este assunto não tenho uma resposta preto no branco. Se calhar, há umas barragens que fazem sentido e outras que não. Assim como as diversas opiniões de que as barragens são negativas porque têm efeitos ambientais, que têm, mas também têm positivos. Nós escolhemos Girabolhos porque sabíamos que era aquela que apresentava menos impacto. Sabia que o Fridão é uma barragem problemática, e quando estava no Governo já havia discussões sobre isso porque o Camões escreveu a Ilha dos Amores em Amarante e não se podia destruir algo assim. O estudo de impacte ambiental dizia que a barragem de Girabolhos não tinha problemas. Há os cuidados habituais mas não tínhamos que destruir coisas nem que realojar gente ou património sensível. Do ponto de vista técnico, aquilo tem todo o sentido porque está no rio Mondego que só tem uma barragem que é a da Aguieira, e uma regularização no Mondego tinha todo o sentido.

Como é que está a questão da garantia de potência?

Continua suspensa e é outro exemplo que foi descontextualizado.

Hoje, não se fala em garantia de potência e a coisa tem estado parada porque vivemos durante mais de uma década uma situação de não crescimento, até de decréscimo, da procura de eletricidade. Agora, não podemos ter ilusões. Se não houver garantia de potência, para centrais de *backup*, quando for necessário reforçar essa capacidade, com a saída das centrais a carvão, com o programa de desmobilização das centrais nucleares [em Espanha] no futuro, ou há apoios à dita garantia de potência ou não há investimento em centrais de *backup*.

Depois de ter sido aprovada em 2016, como é que está a questão dos alegados duplos apoios às renováveis?

Pelas contas do sistema elétrico, na altura a atualização da tarifa tinha de ser de 4%. O ex-secretário de Estado da Energia [Jorge Seguro Sanches] queria zero, e depois arranjou uma série de marteladas, em seis diplomas de despacho que publicou antes de 15 de outubro quando eram apresentadas as contas pela ERSE, para dizer que o sistema elétrico ia recuperar algum dinheiro de várias ações que implementou, entre as quais os 140 milhões de euros dessa dita dupla subsidiação. A questão é tão caricata que aquele número dava jeito para fechar as contas. Agora, os 140 milhões de euros, mesmo que viessem a ser recuperados, era dinheiro de Bruxelas, eram subsídios que Bruxelas deu para toda a Europa, a quem investisse naqueles primeiros anos das renováveis. Se eu fosse recuperar aquele dinheiro, tinha de o entregar a Bruxelas.

Passados dois anos, este processo continua a arrastar-se.

Claro, porque é impossível. Em que condições e contexto vai reclamar o ressarcimento de um subsídio que era comum aos estados-membros e a todos os investidores em renováveis, e agora ia buscar esse dinheiro. É fraude intelectual.

Supostamente, o processo continua na Inspeção-Geral de Finanças (IGF) sem grandes desenvolvimentos.

O que é que a IGF pode fazer? [risos]. ● ACM e IPM

ENERGIA & AMBIENTE



Endesa preparada para prolongar vida da central a carvão

Nuno Ribeiro da Silva garante que está preparado para manter a central do Pego a funcionar além de 2021, se for necessário. Quando fechar, no mesmo local deve nascer uma central solar.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
INÊS PINTO MIGUEL
amendes@jornaleconomico.pt

Sobre a central do Pego, da qual a Endesa é acionista, o Governo disse que quer fechar as duas centrais a carvão do país até 2030. Esta medida e este prazo fazem sentido?

Como princípio, faz sentido. Preocupam-me as alterações climáticas e acredito nelas há muitos anos, desde que trabalhei com o Al Gore [ex-vice-presidente dos Estados Unidos e ativista anti-alterações climáticas]. Não tenho dúvidas que, pelas características das centrais a carvão, é importante desmobilizá-las. A questão está em fa-

zer bem as contas, mas há uma certa folga, até pelo facto de as centrais com ciclo combinado [a gás natural] estarem com uma baixa taxa de utilização. Mas é evidente que uma mudança deve ser sempre bem ponderada, pelo efeito da segurança de abastecimento, mas também sob a preocupação com o custo. Se se retirar da rede, centrais que estão praticamente amortizadas e que têm, em princípio, custos de produção mais baixos do que novas tecnologias que entram, quais são os impactos disso? Mas sem dúvida que o caminho é retirar as centrais a carvão do nosso *mix* de produção.

Quando é que termina a licença de produção da central a carvão?

E estariam dispostos a prolongar a sua vida, se fosse necessário para o sistema elétrico?

Atualmente, temos a referência de 31 de novembro de 2021, data em que acaba a licença de produção. Estamos preparados para esse acontecimento. Como tem havido declarações que não são coincidentes com esse fim por parte de entidades oficiais. Há a referência do Ministro do Ambiente a dizer que em 2030 acabou o carvão. Mas há documentos da rede elétrica que falam no interesse em manter a central até 2025 e 2029, mesmo com uma produção reduzida, para aconchego de segurança do sistema. Nós estando preparados para parar quando chegar 2021. Se for o caso de prolongar a vida da cen-

tral, o que nós temos de fazer é ter orientações para formar uma ideia do que vamos fazer. Novembro de 2021 é daqui a dois anos, mas atenção: temos de fazer as compras de carvão, fazer o planeamento da manutenção da central. Uma coisa é manter a central a funcionar mais dois anos, data que esteve sempre na referência, outra é dizer que temos de estender o prazo. Depois temos as pessoas, que são cerca de 167. Temos de saber quais são os planos para a nossa equipa de colaboradores. Tudo isso começa a ser urgente.

Qual o rumo a dar à central do Pego quando fechar. Uma central a gás natural ou de biomassa, por exemplo?
De ciclo combinado [gás natural]

não tanto, porque já estão lá outros grupos de ciclo combinado na central. Agora coloca-se a questão de alternativas. Temos estudado uma ou outra alternativa. A questão de funcionar a biomassa tem sido estudada, mas é difícil porque é uma grande central e não é nada evidente que se consiga, regularmente, a mobilização de biomassa com certas especificações regulares ao longo do ano. É necessário muito combustível. E depois temos o aspeto económico. Uma coisa é para uma pequena central de biomassa fazer a recolha à volta da central, outra coisa é andar a recolher biomassa do Minho ao Algarve. De qualquer das maneiras, nós queríamos fazer algum aproveitamento com valência dentro das tecnologias que se pretende implementar e reforçar, em particular a energia solar, e como há um terreno que nos pertence naquela zona, embora não seja a que tem melhores condições, nós vamos fazer alguma coisa relacionada com solar naquele terreno.

Não é preciso desmontar a central de carvão para instalar a central solar?

Não é preciso desmontar, embora desmontando ganhamos uma área nobre, como o parque de carvão, de cinzas, que são vários hectares. Estamos preparados para em 2021, se por parte do operador do sistema [REN] e do Governo, for importante que se prolongue a vida da central, em condições que teriam de ser definidas porque em

natural? Qual a sua análise deste tema?

Há uma coisa que devemos ter sempre em conta: quando falamos em Portugal, na realidade temos de pensar no sistema ibérico porque somos um só mercado. O MIBEL está bastante desenvolvido, como é sabido existem interligações robustas entre Portugal e Espanha, e tudo o que acontece de um lado ou do outro tem reflexos. Quando me questiona se é preciso mais centrais a ciclo combinado, para já nós vemos que na Península elas são perto de 50 e têm apresentado uma taxa de utilização inferior a 20%. Portanto, existe uma enorme capacidade instalada de centrais a ciclo combinado que está sobreutilizada. Então, temos uma reserva na dispensa. Isto aconteceu porque a procura de eletricidade não cresceu.

Espanha está a importar eletricidade de Marrocos a partir de centrais a carvão altamente poluentes. A União Europeia devia atuar?

A União Europeia tem de ter cuidado nisso porque temos especificações compreensíveis. Mesmo ao abrigo do Acordo de Paris, em países como Marrocos que está fora dos países desenvolvidos, têm determinadas proteções relativamente às exigências que são feitas aos países mais ricos e, em particular, aos países europeus. Isto devemos levar a pensar duas vezes, nomeadamente sobre um projeto que foi muito badalado, embora tenha dúvidas que se venha a concretizar por causa do racional económico, que é a questão de ligação por cabo submarino.

O cabo submarino para Marrocos é uma boa ideia?

Acho que as interligações, por princípio, são positivas. Mas estes aspetos têm de ser ponderados, não pode ser uma ideia de voluntarismo porque agora é uma bandeira política. A primeira coisa que se perguntava era quem é que ia pagar mil milhões de euros num cabo que não se tem a certeza como funciona. Mas depois aparecem coisas de uma enorme incoerência. Isto é fantástico porque nós, como se dizia, estamos com excesso de renováveis e era bom termos as interligações porque podemos exportar o excesso de renováveis. Mas os marroquinos também dizem que vão fazer os megaparcos de solar para exportar porque eles não consomem aquela energia toda. Há que ponderar isto. Não se pode ter, de repente, autos de fé em que se diz que é uma excelente oportunidade e que vai ser só aspetos positivos. Depois não se olha para o investimento, para as dinâmicas das coisas e para os aspetos técnicos e as coisas transformam-se em bandeira política. ●

condições de mercado normais, a central não funciona.

A licença teria de ser renovada?

Teria de haver uma forma de enquadramento das novas condições em que a central iria ser operada.

Quantos anos de duração teria de ter uma nova licença de produção?

Aí depende apenas do operador de sistema e do planeamento que seja feito do sistema eletroprodutor. Se nos disserem que temos de aguentar a central na reserva durante mais três anos, e se precisarmos de ter lá combustível e se a bateria não vai abaixo. Não sabemos o prazo, mas temos de ver em que termos e condições, mas aí seremos passivos.

A central solar assim faz mais sentido que a biomassa?

Eu diria que sim. É muito difícil, quer em termos económicos quer técnicos, alimentar a central a biomassa, mesmo que haja muito produto nas florestas. Há sempre a questão do recurso à importação, mas é uma solução que será sempre cara e que também não é propriamente a ideia de milagre que temos que, com uma central de biomassa limpamos as matas todas e aproveitamos uma coisa que está a ser desperdiçada, e está no terreno para atear fogos.

A médio prazo, Portugal precisa de mais centrais a gás

“Leilão de energia solar é algo que nos interessa”

A Endesa está preparada para ir a jogo nos leilões de energia solar. Nuno Ribeiro da Silva deixa duras críticas ao relatório final da CPI.

A Endesa Portugal está interessada nos leilões de renováveis anunciados pelo Governo?

Claro. O anúncio do leilão dos 1.350 megawatts em junho, vamos ver em que termos sai. É algo que nos interessa, e já estamos a fazer algo nesse domínio em Espanha. Há algo que é relevante, que é a expectativa de ver os termos em que o Governo vai conceder estes leilões. O ministro do Ambiente [João Matos Fernandes] falava que para se conseguir chegar aos objetivos de 2030 e 2050 é preciso que haja um valor na ordem dos 2.850 milhões de euros de investimento todos os anos. É muito dinheiro. Em Espanha, estão a falar de 13 mil milhões de euros por ano, e ainda temos o resto da Europa.

Dinheiro que vai ter origem em investidores privados.

É importante ter em conta que temos de olhar os objetivos da descarbonização e do PNEC [Plano Nacional de Energia e Clima 2030] numa ótica de engenheiro, onde se fala de forma técnica, mas não podemos esquecer que é preciso o colossal investimento, que vai ocorrer em mercados. Ou seja, tenho de ter condições para atrair investimento privado, porque não é o Estado que vai investir três mil milhões de euros por ano para o setor da energia. É assim importante pôr dinheiro em Portugal, temos de ter a preocupação com a comparabilidade relativamente às condições oferecidas nas legislações dos outros países, vamos ter de produzir eletricidade em condições do mercado elétrico, o que significa que se não tivermos isso em conta, também não vamos conseguir atrair os caudais de dinheiro que é preciso pôr neste setor.

Em 2017, referiu que a Endesa Portugal só teria interesse em investir na produção de energia renovável em Portugal se o quadro legal fosse estável. Existe estabilidade no atual quadro legal?

Houve uma mudança nas mensagens e na posição do Governo do anterior para a atual.

Acusou a tutela anterior [ex-secretário de Estado da Energia Jorge Seguro Sanches]

de ser controlada pelo Bloco de Esquerda.

Sim. Aliás, há um despacho publicado em Diário da República em que o anterior secretário de Estado cria um grupo de trabalho com os deputados do Bloco de Esquerda. É engraçado porque também lá estava a presidente do regulador [Entidade Reguladora do Setor Energético], a Dra. Cristina Portugal, o que é algo surreal. Viu-se que o que eu disse ao próprio primeiro-ministro e ao ministro da tutela, Caldeira Cabral, que todos aqueles números que eles falavam eram ficção científica. De facto, esta nova equipa [secretário de Estado da Energia João Galamba e Ministro do Ambiente] tem declarado a preocupação e o entender que se queremos criar condições para atrair o investimento nesta área, tem de haver previsibilidade. Não podemos andar a fazer sorteios, como foi feito para os pontos de ligação. Tem de ser uma coisa séria, e o Governo tem transmitido essa ideia. Agora, temos de ter em conta essa previsibilidade legislativa quando o Governo define determinados temas.

Já teve oportunidade de alertar a tutela para a necessidade de estabilidade legislativa?

Claro que sim, mas julgo que eles percebem isso. A questão é que não é só dar um sinal de previsibilidade e estabilidade regulatória e legislativa no horizonte de três a quatro anos porque é um processo de décadas. Portanto, há que transmitir um claro sinal de coerência nos momentos adequados, em que o Governo tem consciência e é

perseverante manter um quadro legislativo que seja equilibrado e estável.

Como é que analisa o relatório final da comissão parlamentar de inquérito às rendas excessivas?

Muitos dos aspetos que foram aprovados no relatório da comissão de inquérito, às chamadas rendas excessivas, têm sinais preocupantes, como dizer que houve dupla subsidiação às renováveis porque havia subsídios europeus desde a nossa adesão que contribuíam para o investimento, e que isso acumulava com uma tarifa garantida. Ao manter-se estas declarações no relatório da CPI, não se estão a afastar fantasmas absurdos, de uma manobra que a tutela anterior fez para baixar os preços da atualização em 2017 da eletricidade.

O relator da comissão parlamentar de inquérito às rendas excessivas

é o deputado Jorge Costa do Bloco de Esquerda. Como é que analisa o relatório final?

O relatório antes de o ser, já o era. Mesmo assim houve correções, porque no primeiro *draft*, havia um conjunto de pessoas a declararem durante 208 horas. Houve leituras sobre muitos pontos completamente díspares. Obviamente que lendo o projeto inicial, havia o respigar de passagens de declarações que fundamentavam o preconceito que já tínhamos ouvido por parte do deputado e do partido que integra. De facto, há uma situação que não compreendo, podiam ter optado por ter mais de que um relator para balancear as posições, mas agora optar por um relator em que as suas posições ideológicas eram bem conhecidas... Bastava ver os artigos que o senhor [deputado Jorge Costa] escreve no *site* Esquerda.net e as declarações que faz, porque as coisas já lá estavam. Há coisas que eu compreendo que devem ser discutidas e questionadas, até para tirar lições para o futuro, mas retroativamente não podemos fazer nada. É bom fazer um balanço da trajetória sobre estes temas, mas o que descredibiliza as conclusões e todo o trabalho é haver uma leitura que ‘antes de ser já o era’. ● *ACM e IPM*

“

Muitos dos aspetos aprovados no relatório da comissão de inquérito parlamentar têm sinais preocupantes, como dizer que houve dupla subsidiação às renováveis

ENERGIA & AMBIENTE



Reuters

INÊS PINTO MIGUEL

imiguel@jornaleconomico.pt

A empresa de eólicas dinamarquesa Vestas chegou a Portugal em 2017, e nos seus planos estão os leilões de energia renovável que o Governo vai lançar ainda este ano. Sediado na cidade do Porto, este é o sétimo centro de investigação e desenvolvimento que a empresa tem em todo o mundo.

Com o acordo entre a EDP e a Engie para desenvolver centrais eólicas *offshore* (marítimas), Carlos Correia afirma que a Vestas tem interesse em fornecer soluções para esta parceria.

A Vestas também fechou uma parceria com a japonesa Mitsubishi para o negócio de mercado *offshore* flutuante. Esta parceria vai então entrar em ação na central *offshore* Windfloat, ao largo de Viana do Castelo, onde a companhia vai instalar três aerogeradores, cada um com 8,45 megawatts. A EDP Renováveis também faz parte do consórcio da primeira central eólica marítima em Portugal.

O responsável da Vestas aponta que o mercado *offshore* em Portugal ainda “está numa fase embrionária”, destacando o facto de o mar ser profundo “o que de um ponto de vista tecnológico encarece as soluções técnicas”. Com grande parte do trabalho *offshore* a ser desenvolvido no mar Báltico e no mar do Norte, locais onde o “fator de carga é alto, existe mais experiência e as águas são pouco profundas”.

A Vestas pretende assim investir nesta tecnologia em Portugal, embora admita que vai depender da tarifa que o Governo vai aplicar nas *offshores* e dos custos dos projetos.

Com uma quota de mercado de 12,6% em Portugal, a Vestas já garantiu a instalação de 713 megawatts (MW) e a manutenção de outros 153 MW de aerogeradores de outras marcas. O responsável sublinhou ainda que a empresa conseguiu atingir uma quota superior a 12% mesmo sem a existência de uma fábrica no país, que conta com unidades industriais da Enercon, Senvion e ASM.

Durante os primeiros quatro meses de 2019, a empresa já vendeu três gigawatts de potência eólica em 43 países, obtendo encomendas que atingiram os 14,2 gigawatts de potência total. A carteira de pedidos “atingiu o valor mais alto de sempre”, com 26 mil milhões de euros nos países que em estão presentes.

Analisando a escolha da cidade do Porto para centro de investigação e desenvolvimento, Carlos Correia destaca a qualidade da mão-da-obra.

“O que prevaleceu na escolha do

Porto foi a envolvente do setor, da qualificação dos engenheiros, qualidade das universidades”, assumiu o diretor da Vestas Portugal, Carlos Correia. Além destes fatores, a “existência de recursos na área” e o facto de o país ter “experiência no setor eólico” também foi tido em consideração, garantiu o responsável ao Jornal Económico.

Aquando da instalação do Porto Design Center, a empresa avançou com um investimento no valor de 10 milhões de euros até 2020 e o responsável garante que a aposta no país é para se manter, uma vez que o grande objetivo é “acelerar o desenvolvimento de máquinas tendo em conta a revolução energética e de clima”.

Segundo o também Diretor de Operações na região do Mediterrâneo, o centro de investigação conta atualmente com 310 engenheiros e com mais de 100 trabalhadores a desempenhar outros serviços. Em 2017, o centro apenas contava com 100 pessoas, e “esta taxa de crescimento demonstra a forte aposta em Portugal”.

Com os centros de investigação e desenvolvimento, a empresa da Dinamarca pretende posicionar-se no mercado mundial como um fornecedor de soluções de energia em que desenvolve, produz e vende aerogeradores, sendo que estes têm de ser desenhados para se “adaptar às condições dos parques eólicos” que os clientes pretendem. Um dos últimos projetos da Vestas é uma plataforma de desenvolvimento de máquinas, que foi apelidada de EnVentus. Esta plataforma vai permitir modular a potência do aerogerador, de forma a ser “uma solução competitiva para os leilões ou para as necessidades específicas dos clientes”. Ao JE, Carlos Correia explicou que esta plataforma modular assenta “na mesma base, alterando apenas a otimização do aerogerador”.

O responsável garante que esta é “a plataforma do futuro”, sendo que atualmente apenas estão disponíveis em cinco megawatts, embora já esteja a ser introduzido o modelo de três megawatts. ●

NEGÓCIO

Vestas interessada nas centrais ‘offshore’ da EDP

A gigante dinamarquesa de produção de aerogeradores está interessada em fornecer as centrais eólicas ‘offshore’ da EDP. Presente em Portugal desde 2017, o centro de inovação da Vestas emprega mais de 400 profissionais.

A plataforma EnVentus vai permitir adaptar o aerogerador às necessidades de cada cliente para os seus parques eólicos. A Vestas apresenta-a como “a plataforma do futuro”



 **International sharing school**
taguspark-portugal

Unique International Curriculum

- 10 years of Mandarin
- 8 years of German
- 5 years of Russian
- After school activities

Currículo Internacional Único

- 10 anos de mandarim
- 8 anos de alemão
- 5 anos de russo
- Atividades extracurriculares

At International Sharing School we offer international, multicultural and multilingual education, for lifelong learners aged 4 months up to 18 years old. Through our unique international curriculum, we aim to form individuals that help create a better and more peaceful world, through sharing knowledge and mutual respect.

Na International Sharing School oferecemos uma educação internacional, multicultural e multilíngue para alunos dos 4 meses aos 18 anos. Através do nosso currículo internacional único, temos como objetivo formar indivíduos que ajudem a criar um mundo melhor e mais pacífico, através da partilha de conhecimento e do respeito mútuo.

OPEN ENROLMENTS
MATRÍCULAS ABERTAS

+351 92 444 7 666
office@taguspark.sharingschool.org
www.sharingschool.org
Taguspark
Av. Dr. Mário Soares, 14
2740-119 Porto Salvo



ENERGIA & AMBIENTE

ENTREVISTA **CARLOS ALEGRIA** Presidente da APEB

“Incêndios reduziram significativamente a biomassa disponível”

A Associação de Produtores de Biomassa alerta para a escassez de matéria-prima devido aos fogos florestais que assolam o país todos os anos.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

Os incêndios florestais têm reduzido significativamente a biomassa disponível para as centrais que produzem eletricidade a partir dos resíduos florestais. O alerta é lançado pelo presidente da Associação dos Produtores de Energia e Biomassa (APEB), Carlos Alegria. Na próxima semana, Lisboa vai receber a 27ª Conferência e Exposição Europeia da Biomassa (EUBCE 2019) que vai ter lugar no Centro de Congressos de Lisboa, de 27 a 30 de maio, onde 1.500 delegados de 70 países vão debater o papel da biomassa no mundo para combater as alterações climáticas.

A biomassa pode vir a ser importante para o *mix* energético em Portugal?

Claro que sim. Na verdade, a biomassa tem já um peso interessante no *mix* energético em Portugal se se contabilizar, não só a biomassa que é produzida em centrais de biomassa, mas também toda a lenha usada para aquecimento doméstico e queima, bem como a utilizada para confeccionar refeições no contexto da população mais rural. Por outro lado, muitas fábricas usam hoje em dia, em substituição do gás natural, produtos derivados da floresta, quer na forma de estilha quer de *pellets* para produção de água quente e vapor nos seus processos fabris. Na área dos serviços, em empreendimentos turísticos, por exemplo, cada vez mais se utiliza biomassa como fonte de calor, quer para aquecimento como para produção de frio através de *chillers* de absorção. Outro exemplo são as escolas no interior do país que utilizam estilha ou mesmo *pellets* para aquecimento no período de inverno. Como último exemplo, indico a utilização de biomassa (sob a forma de estilha ou *pellets* para aquecimento de piscinas). Assim, se toda esta energia térmica e elétrica for contabilizada, po-

demos afirmar que a biomassa representa um peso considerável no *mix* energético renovável.

Qual a importância das centrais de biomassa para prevenir incêndios e limpar a floresta?

Tem uma importância enorme. Nas centrais de biomassa, as pessoas entregam o que recolhem na limpeza e são pagas pelos resíduos que entregam. É uma forma de dar vazão a um resíduo que não tem outro fim que não a queima com a vantagem de gerar retorno económico. A produção de energia renovável proveniente dessa queima conduz assim à chamada economia circular, muito em voga atualmente. Há muito que se fala na necessidade da prevenção com a limpeza da floresta como forma de reduzir os incêndios. Foi necessária a catástrofe de 2017 para sensibilizar o Governo e a população para a necessidade, ou mesmo obrigação, de limpeza da floresta e dos caminhos. Relembro que de todas as formas de energia renovável, esta é a única que tem maiores externalidades positivas, pois implica o pagamento do “combustível” para operar, para além de criar postos de trabalho e fixar as pessoas nas zonas rurais.

Qual a evolução que a biomassa pode vir a ter em Portugal nos próximos anos?

Nos últimos dois anos foram licenciados pelo governo 110 MW de potência elétrica para a construção de novas centrais de biomassa. Assim, as novas centrais de biomassa começarão a trabalhar até ao fim de 2019. Existem ainda centrais de cogeração e dedicadas nas fábricas de pasta de papel. A estas acrescem as fábricas de *pellets*. Para cada tonelada de *pellets* ser produzida é necessário queimar duas toneladas de biomassa. Se agora adicionarmos as muitas caldeiras a biomassa espalhadas pelo país, grandes e pequenas, e se tivermos em conta os últimos incêndios que ocorreram em Portu-

gal, o cenário complica-se. Existe um receio muito grande de não haver biomassa que chegue para todos. Daí se considerar que não se deve avançar com mais centrais de biomassa sem se fazer um levantamento exaustivo da biomassa necessária que é possível obter com os resíduos florestais que a floresta nos dá anualmente.

A Comissão Europeia disponibilizou 320 milhões de euros para financiar centrais de biomassa em Portugal durante 15 anos. Este apoio é suficiente?

Neste momento, duvido que o Governo avance com a construção de mais centrais de biomassa sem se ter uma noção das necessidades e, muito menos, que permita que as centrais a carvão existentes passem a consumir biomassa. Até à data, nenhum Governo permitiu que em Portugal se fizesse *co-firing*, isto é, centrais a carvão consumirem também biomassa. O que é que está por trás destas centrais a carvão começarem a queimar biomassa? É que desta forma não se paga tanto pela emissão de CO₂ que é libertado para a atmosfera. Isto só acontece quando o preço dos certificados de CO₂ está elevado. Até à data, não havia este problema. Se fosse autorizado o *co-firing* nas centrais a carvão, as centrais de biomassa existentes fechavam por falta de biomassa.

Qual o preço atual da biomassa e qual a evolução que os preços têm registado nos últimos anos?

O preço da biomassa tem-se mantido estável nos últimos anos, variando entre os 25 e os 30 euros/tonelada. Provavelmente, com a escassez que possa ocorrer, o preço pode aumentar um pouco, mas nada substancial. Tudo tem a ver com a procura e oferta e muitas vezes depende também da localização das centrais. O Governo, quando lançou o concurso em 2006 para promover a construção



Reuters

de centrais de biomassa, teve o cuidado de as localizar em zonas onde existia biomassa e de as afastar suficientemente para não concorrerem entre si. Há uma necessidade de fazer escoar os resíduos florestais, não só os que resultam da exploração florestal como da limpeza das florestas. O preço poderá subir temporariamente muitas vezes em função do custo dos combustíveis líquidos utilizados nos transportes ou devido ao aumento da inflação.

Os incêndios dos últimos anos têm reduzido a biomassa disponível?

Os incêndios, como é óbvio, reduziram significativamente a biomassa disponível no mercado. Como exemplo, saliento o Pinhal Interior, onde hoje se nota uma ausência de reflorestação. Como não é possível plantar eucalipto, que é a melhor fonte de rendimento, os proprietários não plantam pinheiros por terem um retorno económico incerto e longo,

e com custos mais elevados. O que está a acontecer em Portugal é que o seu interior não só está a ficar deserto de floresta e seco, como está também a ficar desertificado de pessoas.

Não sabemos, de facto, se devido aos incêndios que ocorreram no passado haverá biomassa disponível para todos.

Se houver escassez de biomassa em Portugal, onde é que os produtores podem comprá-la?

Ir buscar ao estrangeiro está fora de questão, pois o preço é proibitivo e a energia produzida já não seria renovável. Os *pellets* são, como é conhecido, uma solução simpática de queima doméstica ou outras aplicações de pequena dimensão. Importar ou exportar *pellets* a meu ver não faz sentido, sobretudo para queimas em grandes centrais de biomassa com o objetivo de obterem certificados de redução de CO₂ e poderem dizer que estão a produzir energia renovável. ●

MOBILIDADE

“Os ministros vão de Lisboa ao Porto de carro elétrico? Não vão”

As empresas petrolíferas defendem que os combustíveis líquidos vão continuar a desempenhar um papel importante na mobilidade.

O Governo decidiu este ano que metade dos carros que venham a ser comprados pelo Estado têm de ser elétricos. A Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas (Apetro) defende que o Governo de António Costa devia privilegiar racionais económicos na hora de escolher automóveis.

“Eu percebo que o Governo queira, dentro do Estado, dar o exemplo. Mas não deve ser levado a um extremo e a decisões que são economicamente irracionais. Um técnico de uma qualquer instituição pública que percorra muitos quilómetros por ano neste país, é evidente que a solução economicamente e tecnologicamente mais viável continua a ser um carro a gasóleo, obviamente”, afirmou o secretário-geral da Apetro, António Comprido.

A decisão de optar por metade da frota de carros elétricos surgiu depois de o ministro do Ambiente João Matos Fernandes ter dito em janeiro que a tendência é os carros a gasóleo virem a sofrer grandes desvalorizações no futuro devido ao aumento do carro elétrico. Em fevereiro, foi depois revelado que o Turismo de Portugal, uma entidade do Estado, iria proceder à compra de 46 carros a gasóleo. A

frota do Estado conta com mais de 70% de veículos a gasóleo.

“O exemplo deve ser dado, mas dentro de alguns limites, decidido em termos de racionalidade e de sustentabilidade económica de ditar uma tecnologia em detrimento da outra. Pergunto: Os senhores ministros quando vão de Lisboa ao Porto vão de automóvel elétrico? Não vão, eles querem fazer a viagem em duas horas e se forem num carro elétrico... Um Tesla consegue fazer Lisboa-Porto, se não forem muito depressa. Tirando um Tesla não há nenhum carro no mercado que faça isso. Depois, se tiver que voltar no mesmo dia, tem que ter dois carros, um fica a carregar e volta noutro”, destacou o líder da Apetro num encontro com jornalistas na quinta-feira, 23 de maio, onde foi apresentada a nova imagem da associação fundada em 1992 e também a sua nova moção de compromisso para o futuro.

A associação que reúne as petrolíferas que operam em Portugal destaca que o carro elétrico vai ter lugar na mobilidade do futuro, mas que os combustíveis derivados de petróleo vão continuar a ser importantes.

António Comprido destacou que se vive um “momento políti-

co extremamente importante”, devido às eleições europeias a 26 de maio e as legislativas em outubro.

“Este é um momento importante para a indústria dar a sua opinião e o seu posicionamento face a diversos temas. Muitas pessoas querem-nos por fora desta discussão. Somos parte do problema, reconhecemos isso, mas também temos condições para ser parte da solução”, afirmou.

Olhando para o futuro, apontou que os “combustíveis líquidos vão ver a sua posição reduzida, mas vão continuar a estar lá. Muito provavelmente vamos continuar a ter combustíveis líquidos”, defendendo o desenvolvimento de “combustíveis líquidos de baixo carbono”, que ainda têm um longo caminho a percorrer para se desenvolver.

António Comprido destacou que no transporte rodoviário de longa distância, “está-se longe de antever que a mobilidade elétrica venha a desempenhar um papel importante”. Deu também o exemplo de outros setores onde os combustíveis líquidos vão continuar a dominar, como o da aviação e do transporte marítimo. ● ACM

OPINIÃO

O que é o mercado de eletricidade? (Parte 2)



ANTÓNIO SÁ DA COSTA

Especialista em energia e ex-presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN)

No último artigo, abordei o que era o mercado atual da eletricidade, um mercado marginalista que não se adequa quando se pretende ter uma produção de eletricidade 100% renovável – há que encontrar outra forma de remunerar esta eletricidade renovável, através de um processo competitivo, transparente e justo. Isto é, uma outra forma de mercado.

Um processo de um leilão com regras bem definidas é um tipo de mercado, independentemente de como se leilão. Quem não entende isto não percebe nada de como funciona o sistema elétrico.

Há vários tipos de leilão. Aquele que me parece mais equilibrado é o que se oferta, de forma descendente, uma tarifa por um determinado período fixo nas regras do leilão. Defendo os leilões de uma só tecnologia, isto é, não pôr a competir tecnologias entre si, pois o “programa de produção” de cada tecnologia não é comparável, nem à escala diária, nem sazonal nem anual, pelo que se assim não for é muito difícil “comparar alhos com bugalhos”.

O prazo em que vigora essa tarifa também deve ser adaptado às características de cada tecnologia, como se fala muito de fazer um leilão para centrais solares defendo como razoável um prazo de 15 anos.

Tem sido referido por membros deste Governo que o valor de partida para o leilão que será lançado dentro de poucos meses, para centrais fotovoltaicas, será de 45€/MWh. Certamente o valor final de adjudicação será inferior a este valor, e a pergunta que se impõe é: *e quem ganha com isso?*

Ganha o consumidor porque

vai poupar substancialmente, em especial quando se sabe que o valor médio de 2018 foi de mais de 58 €/MWh. Ganha o produtor porque vai conseguir financiar o seu projeto por ter uma diminuição do risco do investimento, podendo por isso baixar o valor da oferta. E por fim ganha Portugal, que dá mais uns passos importantes na descarbonização da sua economia, a custos sustentáveis e baixos, e cumpre os objetivos com que se comprometeu.

Todos ganham com este novo mercado de eletricidade.

Só não entendo quando se diz: *se o valor a pagar pela eletricidade renovável for acima de 47,5€/MWh é um sobrecusto para o sistema elétrico*. As previsões que a ERSE fez para a tarifa elétrica entre 2015 e 2019 oscila entre o mínimo de 50,9€/MWh (2017) e o máximo de 65,5€/MWh (2019). Também os valores verificados nestes anos foram sempre superiores a 50€/MWh, exceto 2016 (39,5€/MWh) que foi muito húmido. Em 2019, até à data é 56,5€/MWh.

Tendo presente que os custos do mercado marginalista apenas refletem uma parte dos custos de produção de eletricidade, e o que se paga às centrais renováveis é o valor total, não entendo porque é que se continua a dizer que pagar a eletricidade renovável acima de 47,5€/MWh é um sobrecusto para o sistema elétrico.

Ainda bem que se vai conseguir pagar menos que 45€/MWh por eletricidade fotovoltaica, mas talvez tal não seja possível por outras tecnologias. Mas uma coisa é certo, com o processo de leilões vamos ter a eletricidade o mais barata possível, vamos nos tornar menos dependentes do exterior e vamos descarbonizar a economia, sem nunca esquecer que os leilões também são mercado onde todos ficam a ganhar. ●

Todos ganham com este novo mercado



Foto cedida

ENERGIA & AMBIENTE



Reuters

PRODUÇÃO RENOVÁVEL

Produtores pedem regras claras nos leilões de energia solar

Três dos maiores produtores eólicos do país pedem ao Governo de António Costa um quadro-legal claro para os leilões de energia solar que vão ser lançados em junho. Governo garante que está a trabalhar nesse sentido.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

Três dos maiores produtores de energia eólica em Portugal pedem ao Governo para definir regras claras para os leilões de energia solar que estão a ser preparados. Além da clareza do quadro-legal, os produtores também defendem estabilidade regulatória e legislativa no setor para não afastar investidores do país.

“Se não houver uma perceção de que as regras que estamos agora a criar são mesmo para valer daqui para a frente, daqui a dois anos dizerem que afinal não é bem assim, não vale a pena sequer estarmos a discutir o resto”, alertou o presidente executivo da Finerge, Pedro Norton.

Outra das companhias presentes na conferência da Associação Portuguesa das Energias Renováveis (APREN) que celebrou o dia do sol

(23 de maio) foi a Generg, recentemente comprada pelo consórcio franco-luxemburguês Total Eren.

“A questão da estabilidade regulatória é fundamental. Não vamos ser ingénuos ao pensar que as entidades que vão licitar não estão a incorporar nas licitações que fazem, este risco e esta instabilidade regulatória. Essa é uma das minhas preocupações”, afirmou o administrador da Generg, Ricardo Jesus.

Por sua vez, a EDP Renováveis (EDPR) avisou que os leilões correm o risco de ficar parados, fruto de regras pouco claras. “É fundamental termos as regras muito claras, caso contrário corremos um forte risco de vermos isto tudo parado durante anos com impugnações por parte daqueles que não ganharam potência”, alertou Hugo Costa da EDPR.

“É importante para o sucesso do leilão que haja visibilidade e uma consistência naquilo que sejam os

vários leilões que vamos ter para o futuro. Estabilidade associada a capacidade de adaptação, identificando os pontos críticos, corrigindo os erros que vão ser garantidamente cometidos”, sublinhou o responsável da EDPR.

Em resposta, o Governo garante que está a trabalhar no sentido de criar

Esperamos que o enquadramento legislativo se mantenha estável durante muitos anos. É uma peça fundamental para o país

condições estáveis para os leilões. “O nosso objetivo é criar um quadro regulatório estável porque sem esse quadro não conseguiremos atingir as metas. Nós dependemos do investimento de terceiros, temos de criar condições para que esse investimento apareça”, afirmou o secretário de Estado da Energia, João Galamba.

“O objetivo da alteração legislativa que o Governo fez é exatamente isto: dar maior clareza e previsibilidade aos processos de licenciamento e criar um mecanismo de atribuição de capacidade que responda adequadamente ao problema que temos, o recurso público escasso que tem que ser gerido enquanto tal. Há mais procura do que disponibilidade, portanto, o mecanismo de leilão parece-nos de facto o que melhor permite gerir escassez e o que melhor permite valorizar a qualidade intrínseca de cada projeto”, destacou João Galamba também criticou

o processo por sorteio, aprovado no final de 2017. “O processo anterior por sorteio não respeita as condições e de facto atirar uma moeda ao ar para escolher entre projetos não é uma forma adequada de gerir um recurso público escasso”, criticou.

A tutela também alterou o processo de licenciamento, destacou. “A partir de agora só entram em licenciamento projetos que tenham previamente adquirido a garantia de que se podem ligar à rede. Isso parece-nos melhor para os próprios produtores, que não estarão a fazer investimentos e a incorrer em gastos desnecessários, porque não tinham a garantia de se ligar à rede e é certamente melhor para a administração pública que não tem que estar a instruir e a avaliar um conjunto muito significativo de projetos, sabendo de antemão que a esmagadora maioria desses projetos não teriam ligação à rede”, rematou. ●

SOLOS CONTAMINADOS

Portugal tem cinco mil postos de combustível para descontaminar

A legislação sobre os solos contaminados continua ‘engavetada’, e esteve em debate com vários especialistas na Agência Portuguesa do Ambiente.

RODOLFO ALEXANDRE REIS
reis@jornaleconomico.pt

A legislação que diz respeito à legislação continua a aguardar aprovação desde 2015. Um documento que os especialistas ligados a esta área consideram ser fundamental para que se possam dar passos cada vez mais importantes no combate a uma problemática, que ameaça não só cada vez mais o ambiente, mas também a própria saúde pública.

Este e outros temas estiveram em debate na última quarta-feira, 22 de maio, no auditório da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e que contou com a presença entre outros de Carlos Costa, Sócio-Gerente da consultora geoambiental, eGiamb, e professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Em declarações ao Jornal Económico, Carlos Costa, refere que “a legislação não sai porque ficámos a aguardar que existisse uma diretiva do quadro europeu. Essa diretiva foi definitivamente abandonada em 2015, e de então para cá tem-se feito um esforço para criar um processo legislativo que está em discussão”.

Outra das preocupações portuguesas ao nível dos solos contaminados diz respeito às minas de urânio, que hoje em dia se encontram desativadas, com Carlos Costa a destacar que “existe uma recuperação que está a ser feita paulatinamente para o qual existe um financiamento estabelecido em todos os quadros de fundos comunitários e é uma questão que está perfeitamente controlada”.

O professor alerta no entanto, para os terrenos que se encontram fora de Lisboa e que precisam de especial atenção. “Em primeiro lugar, os grandes complexos industriais que se desenvolveram na segunda metade do século XX. Toda a coroa ribeirinha entre Almada e o Barreiro, designadamente a Margueira, que vai ser alvo de um mega empreendimento. A Siderurgia, do Seixal, e a antiga Quimiparque do Barreiro”, olhando tam-

bém para “mais a norte onde temos o complexo químico de Estarreja e depois as grandes concentrações de petrolíferas: Leça da Palmeira, Sines não só petroleira, mas também elétrica. Estes são os polos mais importantes”, salienta.

Também a agricultura fruto dos pesticidas e não só, é um motivo de preocupação para os solos na opinião de Carlos Costa. “As questões em termos de atividades urbanas relacionadas com os cemitérios. Existe contaminação provocada pelos produtos que todos ingerimos cada vez mais, que são os farmacêuticos, que ficam no terreno e vão contaminar os lençóis freáticos”. O professor realça duas medidas para travar

esta problemática. “O primeiro são os postos de combustível, particularmente em áreas urbanas. Devia fazer-se um levantamento exaustivo dos postos de combustível existentes e dos antigos que não foram descontaminados, que reputo para uma ordem dos cinco mil ou mais”, enquanto o outro ponto está relacionado com “as lixeiras que foram encerradas em boa hora, com o plano de erradicação das lixeiras no início deste século, mas que não tiveram em conta a necessidade de descontaminar o que estava por baixo, isto é foram apenas seladas. Portanto, a contaminação continua a circular pelas águas”, explica o professor universitário. ●



OPINIÃO

A segurança do abastecimento e as alterações climáticas



ANTÓNIO COMPRIDO

Secretário-geral da Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas - APETRO

A Agência Internacional de Energia (AIE) no seu relatório “World Energy Investment” constata que o investimento no setor energético estabilizou em 2018, após três anos de declínio. Constata também que as aprovações para novos projetos convencionais de petróleo e gás ficaram aquém do que seria necessário para fornecer uma procura global de energia em crescimento contínuo. Simultaneamente, há poucos sinais de progresso na eficiência energética e energias limpas que seriam necessárias para atingir os objetivos do Acordo de Paris e outras metas de desenvolvimento sustentável.

Depois de quase duas décadas de forte crescimento anual, as energias renováveis tiveram uma inesperada estagnação em 2018, o que não acontecia desde 2001. A nova capacidade líquida da energia solar fotovoltaica, eólica, hídrica, bioenergia e outras fontes de energia renovável aumentou apenas cerca de 60% do que é necessário anualmente para atingir as metas climáticas a longo prazo.

“O mundo não se pode dar ao luxo de “colocar em pausa” a expansão das energias renováveis e os governos precisam de agir rapidamente para corrigir esta situação e permitir um fluxo mais rápido de novos projetos”, disse Fatih Birol, diretor executivo da AIE.

No meu artigo de março, dizia que a descarbonização da economia para combater as alterações climáticas deverá ser um desígnio global, pois só assim se conseguirão atingir os objetivos sem criar distorções entre cidadãos, empresas, países ou mesmo regiões. Não é uma matéria fácil, face às muitas diferenças existentes nas vá-

rias economias, nomeadamente em relação ao seu estado de desenvolvimento e consequentes níveis de consumo e eficiência energética. Por isso, elegi esta dimensão global como um dos pilares da descarbonização. Sem ele, os contributos isolados de países, ou mesmo blocos económicos, poderiam ser totalmente anulados por atuações menos comprometidas de outros.

Estas constatações são particularmente importantes quando se discutem a nível nacional e europeu os Planos de Energia e Clima para 2030, numa ótica de descarbonização da economia em 2050. Sendo a União Europeia responsável por 9% das emissões globais, e Portugal por cerca de 1,4% deste valor, ou seja 0,13% das emissões a nível do planeta, fácil será compreender que corremos o risco de uma corrida para a frente, sem que os outros blocos económicos nos acompanhem e, portanto, sem a dimensão global necessária para a resolução deste desafio. Estão em causa simultaneamente a questão da segurança do abastecimento, que sustenta o necessário crescimento económico que permitirá a sustentabilidade económica e social, e a mitigação do impacto no clima, assegurando a sustentabilidade deste importante eixo.

O grande desafio que se coloca a Portugal e à União Europeia é não só prosseguir as suas metas mas, acima de tudo, conseguir que este esforço tenha uma dimensão global. Sozinhos não só não resolveremos o problema, como podemos estar a contribuir para desequilíbrios insustentáveis para a competitividade das nossas economias. ●

Mais que prosseguir metas, Portugal e a UE devem batalhar para que estes esforços tenham uma dimensão global

ENERGIA & AMBIENTE



Cristina Bernardo

MARIANA BANDEIRA

mbandeira@jornaleconomico.pt

A União Europeia quer atingir a neutralidade carbónica em 2050. Como sabe que a meta é ambiciosa, pôs níveis no jogo: até 2030 tem de reduzir, pelo menos, 40% as emissões de dióxido de carbono e de gases com efeito de estufa. Será suficiente para receber a medalha? O quarto relatório sobre o Estado da União da Energia, apresentado em abril, refere que a chave para o sucesso é garantir financiamento, envolver os cidadãos e as autoridades locais. Segundo a Comissão Europeia, o setor financeiro europeu tem potencial para assegurar as necessidades de investimento anuais de quase 180 mil milhões de euros para atingir os objetivos da comunidade única em matéria de clima e energia até 2030.

“A transição energética tem implicações geopolíticas face ao seu impacto económico. O novo mercado será liderado por quem souber aproveitar a oportunidade e assumir esse papel”, referem os advogados Bruno Azevedo Rodrigues e Ivone Rocha ao Jornal Económico. Os sócios da Telles Advogados consideram que o Estado português “ainda tem muito a fazer” em termos de eficiência energética, inclusive com os parques industriais, as escolas, os tribunais, as autarquias e os serviços da administração pública. “Parece-nos evidente que a descarbonização da economia é uma oportunidade disfarçada de desafio para países como Portugal, com recursos endógenos (sol, água e vento), se assumirem como um dos principais produtores da energia do século XXI”, argumentam ao semanário.

A instituição liderada por Jean-Claude Juncker divulgou recentemente a última revisão do relatório que monitoriza a implementação da chamada “União da Energia”, o conjunto de políticas climática e energética europeia que façam a transição para uma economia de baixo carbono, segura e competitiva. Para estes juristas, o novo pacote energético europeu – “Energia Limpa para Todos” – é o mais exaustivo e inclusivo, tanto por criar mecanismos de governo e regulação comuns como por abranger mais setores e alterar a definição de energia (bem essencial). “Poder-se-ia, no entanto, ter ido mais longe na definição do novo mercado propriamente dito, na medida em que a remuneração das renováveis é um importante fator de competitividade entre os membros da União Europeia, mas as linhas base estão lançadas e isso é um facto. Apesar de ainda não podermos falar de um verdadeiro mercado energético europeu, este relatório revela progressos nesse

sentido”, explicam os advogados de Ambiente, Energia e Recursos Naturais da Telles.

O objetivo desta “União da Energia” é dar aos consumidores da União Europeia, quer se trate de famílias ou empresas, essencialmente cinco garantias: segurança no fornecimento, solidariedade e confiança; um mercado energético integrado; eficiência energética; descarbonização da economia e investigação, inovação e competitividade. Contudo, para Bruno Azevedo Rodrigues e Ivone Rocha, o melhor país em campo salta as fronteiras da comunidade única: “A China, pelos problemas de saúde pública que enfrenta e pela consciência do protagonismo económico que pode atingir, está a ser uma “aluna” surpreendente do Acordo de Paris. Durante o período da crise, entre 2010 e 2015, enquanto a Europa foi alvo de uma redução no investimento em renováveis, a China aumentou o seu investimento em renováveis em 60%”, dizem.

Bruxelas fez também apelo à responsabilização democrática no âmbito do Tratado Euratom, assinado em 1957. Entre as bandeiras deste acordo, que instituiu a Comunidade Europeia da Energia Atómica, estava garantir que os materiais nucleares não eram desviados para objetivos diferentes daqueles a que se destinam. Aliás, anunciou que vai estabelecer um grupo de “peritos de alto nível” para avaliar o caso. E ainda pediu tanto ao Parlamento Europeu como ao Conselho Europeu para pensar como é que a tributação energética pode contribuir de forma mais eficaz para o cumprimento dos objetivos energéticos e climáticos e como “a opção por votações por maioria qualificada dos Estados-membros no processo de decisão poderá ajudar a que se avance nesse domínio”. ●

DIREITO DA ENERGIA

“Descarbonização pode tornar Portugal um dos principais produtores energéticos”

Os advogados Bruno Azevedo Rodrigues e Ivone Rocha referem que a China, face aos problemas de saúde pública, está a ser uma “aluna surpreendente” do Acordo de Paris.

“A transição energética tem implicações geopolíticas face ao seu impacto económico”; afirmam os advogados Bruno Azevedo Rodrigues e Ivone Rocha

POUPANÇA

Saiba como cortar mais de dois mil euros por ano na fatura da luz e do gás

Tem um estabelecimento comercial? A fatura da luz e do gás é muito elevada? Faça uma simulação e descubra a tarifa mais adequada ao seu perfil de consumo.

RITA PAZ

rpaz@jornaleconomico.pt

Dezenas de comercializadores e centenas de tarifários podem complicar a escolha na hora de contratar um fornecedor de energia, mas também aumentam a hipótese de obter o melhor preço. Desde que o mercado de eletricidade abriu portas à entrada de novos comercializadores independentes, o leque de ofertas multiplicou e a margem de poupança anual pode variar consideravelmente dependendo da tarifa escolhida.

Se tem um estabelecimento comercial, como um cabeleireiro ou um restaurante, a diferença entre a tarifa mais cara e a mais barata pode superar os dois mil euros por ano, de acordo com as simulações feitas no portal Poupa Energia, gerido pela ADENE - Agência para a Energia. Se for um consumidor particular, saiba que pode poupar uma média de 160 euros por ano, ao escolher a tarifa mais amiga do seu bolso. (Ver exemplos na tabela).

E não são precisos grandes truques para baixar a fatura. As simulações efetuadas nesta plataforma mostram que para conseguir maiores descontos, o cliente deve seguir três passos: aceitar pagar por débito direto, aderir à fatura eletrónica e se tiver de contratar eletricidade e gás natural, juntar os dois serviços num só fornecedor também pode ser mais vantajoso.

Mas o essencial mesmo é comparar tarifas e ajustá-las ao seu perfil de consumo: tudo depende do que gasta, da potência contratada, se tem bi-horário... Vai mesmo ter de fazer as contas. E como é que pode fazê-lo? Simulando. Foi o que nós fizemos, neste caso, recorrendo ao simulador de tarifas do portal Poupa Energia.

No site da ERSE ou da DECO também pode fazer simulações, mas neste caso, optámos por uma única plataforma. O site da ADENE permite atualmente comparar ofertas de um total de 24 comercializadores com 266 tarifários de eletricidade, gás natural ou serviço combinado.

O portal faculta toda a informação disponível sobre as ofertas dos comercializadores de eletricidade e gás natural disponíveis no mercado liberalizado, o que permite a cada consumidor particular e empresarial pro-



Cristina Bernardo

CLIENTE EMPRESARIAL

Com o CAE 56107 - Restaurantes, a potência mais comum é de 20,7 kVA e tarifa simples, o consumo médio anual de eletricidade é de 132 000 kWh (i.e, 11 000 kWh/mês) e do gás natural é de 24 000 kWh (i.e, 2 000 kWh/mês). A variação de preço entre o tarifário mais barato e o mais caro é de 176 €/mês. Ou 2.117 €/ano.

TARIFÁRIO MAIS ECONÓMICO

Endesa (Tarifa e-luz&gás (FE+DD) - simples)

Eletricidade		Gás natural	
Termo potência (€/dia)	0,9809	Termo fixo	0,1751
Energia (€/kwh)	0,1495	Energia	0,0497

TARIFÁRIO MAIS CARO

Simplex energia (Plano Dual Negócios - Simplex)

Eletricidade		Gás natural	
Termo potência (€/dia)	0,9299	Termo fixo	0,1515
Energia (€/kwh)	0,1625	Energia	0,0525

CLIENTE PARTICULAR

Para um casal com dois filhos, e uma potência contratada de 4,6 kVA e tarifa simples. A variação de preço entre o tarifário mais barato e o mais caro é de 13€/mês. Ou 155€/ano.

TARIFÁRIO MAIS ECONÓMICO

Endesa (Tarifa simples (FE+DD) - simples)

Eletricidade		Gás natural	
Termo potência (€/dia)	0,2335	Termo fixo	0,0523
Energia (€/kwh)	0,1437	Energia	0,0531

TARIFÁRIO MAIS CARO

rolear viva (Tabela geral - simples)

Eletricidade		Gás natural	
Termo potência (€/dia)	0,2604	Termo fixo	0,0676
Energia (€/kwh)	0,1642	Energia	0,0645

Nota: As simulações foram efetuadas sem contar com as ofertas com reembolsos ou com serviços adicionais.

ceder de uma forma esclarecida à mudança de comercializador ou apenas de tarifa. Mas se ainda assim tiver dúvidas durante o processo, pode pedir ajuda em tempo real, através de um chat, onde estará alguém para lhe dar as informações que precisa.

O simulador dispõe de duas versões: a simples - em que os consumidores têm que indicar o número de pessoas que compõem o agregado familiar, o tipo de utilização, o ano de construção do edifício e o tipo de pagamento pretendido bem como o tipo de fatura (eletrónica ou em papel) - e a avançada, em que o simulador requer mais detalhes sobre os equipamentos utilizados e dados sobre os consumos, o que obriga o consumidor a estar na posse das faturas.

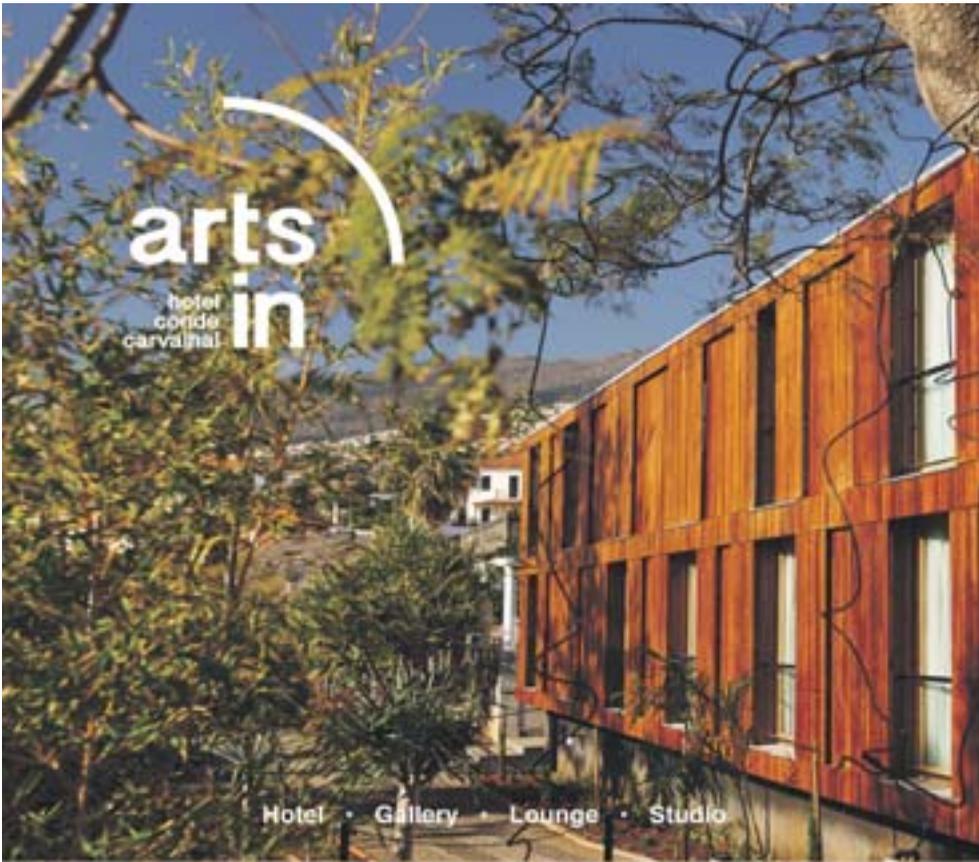
Nas duas versões, o consumidor obtém as diferentes propostas tarifárias de eletricidade, de gás natural ou combinadas, hierarquizadas por valor da poupança, que aparece quantificada. Pode ainda comparar o que paga no mercado liberalizado com o que continuaria a pagar no mercado regulado, ou vice-versa.

Tenha atenção: além do preço, pesquise outros aspetos contratuais importantes, como os prazos de vigência do contrato, serviços adicio-

nais obrigatórios e penalidades em caso de rescisão antecipada. Ao subscrever um serviço adicional, por exemplo, normalmente existe uma fidelização associada de 12 meses. Ou seja, se quiser rescindir contrato, será obrigado a efetuar o pagamento antecipado dos valores totais dos serviços que contratou. Estes serviços podem incluir a manutenção de eletrodomésticos, realização de obras, seguros, entre outros, e podem não ser muito úteis.

Faça esta avaliação de seis em seis meses. Os campeões de preços vão mudando e, se não trocar de comercializador, vai chegar uma altura em que estará a pagar tarifários antigos e desatualizados, desajustados da realidade, que não têm nada a ver com as novas ofertas no mercado. Ou seja, pode estar a gastar dinheiro a mais sem necessidade nenhuma.

Já fez as contas? Se decidiu mudar para um novo fornecedor, saiba que este vai encarregar-se de desencadear todos os procedimentos necessários à mudança. A transição é feita sem corte de fornecimento para o consumidor e o processo não tem qualquer custo associado. A mudança deve ficar concluída em média em cinco dias e no máximo em três semanas. ●



arts
in
hotel
conde
carvalho

Hotel • Gallery • Lounge • Studio



+351 965 015 330
reservations@artsin.com
www.artsin.com
Rua Conde Carvalho, 53 9060-011 FUNCHAL



arts
in
penthouse
apartments
12 set

NEW arts in
PROPERTY
high standard
PENTHOUSE APARTMENT
TWO TOP FLOORS
FUNCHAL CITY CENTER
MADEIRA ISLAND

New *unique*
Experience



SERVICED APARTMENTS +351 965 015 330 • reservations@artsin.com • www.booking.com/artsin



arts
in
apartments
pina



Telefone • +351 965 053 300
Email • reservations@artsin.com
Site • www.artsin.com
Morada • Rua Nova do Pina 10 9050-067 Funchal
SERVICED APARTMENTS



arts
in
city
apartments
Ponte Nova



Telefone • +351 965 053 300
Email • reservations@artsin.com
Site • www.artsin.com
Morada • Rua da Ponte Nova 12 9050-440 Funchal
SERVICED APARTMENTS